

CLACSO
#28

RED DE POSGRADOS
DOCUMENTOS DE TRABAJO

Mulheres que imigram
através da academia:
articulando gênero, raça
e feminismo na produção
de conhecimento

Thais França

2013

França, Thais

Mulheres que imigram através da academia : articulando gênero, raça e feminismo na produção de conhecimento . - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2013. - E-Book. (Red CLACSO de posgrados / Pablo Gentili)

ISBN 978-987-1891-58-0

1. Estudios de Género. 2. Mujeres. 3. Migraciones. I. Título
CDD 305.4

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Secretario Ejecutivo de CLACSO Pablo Gentili

Directora Académica Fernanda Saforcada

Estados Unidos 1168 | C1101AAX Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Tel. [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 |

<clacsoinst@clacso.edu.ar> | <www.clacso.org>



Colección Red CLACSO de Posgrados en Ciencias Sociales

Directores de la Colección

Pablo Gentili y Fernanda Saforcada

Asistentes del Programa

Anahí Sverdloff, Denis Rojas, Inés Gómez,
Alejandro Gambina y Lluvia Medina

Área de Producción Editorial y Contenidos Web de CLACSO

Coordinador Editorial Lucas Sablich

Coordinador de Arte Marcelo Giardino

Este trabalho é resultado da realização do seminário Virtual CLACSO intitulado “Los Estudios Poscoloniales en diálogo Sur-Sur”, coordinado pelas Professoras Karina Bidaseca e Andrea Grigena.

Las opiniones vertidas en este documento son exclusiva responsabilidad del autor y no necesariamente expresan la posición de CLACSO.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Red de Posgrados

ISBN 978-987-1891-58-0

Patrocinado por



Agencia Sueca de Desarrollo Internacional



Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca do processo de produção de conhecimento e discutir, à luz das epistemologias feministas o fenômeno da imigração de mulheres brasileiras para Portugal. O ponto de partida para tal debate é meu percurso na construção da minha investigação de doutorado sobre a inserção de mulheres brasileiras no mercado de trabalho português. Ao identificar meu lugar de enunciação com aquele, igualmente, ocupado pelos sujeitos que estudei “mulher-brasileira-imigrante-em-Portugal” tornou-se fundamental indagar como articular saber acadêmico e prática feminista engajada almejando contribuir para a construção da mudança social.

Palavras chave: epistemologias feministas, autorreflexividade, imigração, gênero.

Apresentação

Este artigo começa com uma história, com a história de uma mulher brasileira que imigrou para Portugal para seguir um programa de doutorado em sociologia chamado “Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo” no Centro de Estudos Sociais (CES) da renomada e tradicional Universidade de Coimbra. Seu projeto de investigação era sobre a inserção de mulheres brasileiras no mercado de trabalho português. Por conta da trajetória acadêmica que tinha construído até então, foi contemplada com uma bolsa de estudos e durante quatro anos dedicou-se a tal atividade. Porém, o que ela não sabia quando deixou o Brasil, ainda que desconfiasse, era que a relação de proximidade entre ela e os sujeitos que pretendia estudar, levá-la-ia a dedicar muito tempo de suas reflexões sobre os processos de construção de saber, legitimação do conhecimento, prática militante e seu próprio lugar de investigadora. Essa mulher sou eu e essa é a minha história.

Imigração de mulheres brasileiras para Portugal

A escolha de estudar a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português justificava-se pela relevância numérica que essa população possui no referido país, constituindo-se atualmente como sua maior comunidade imigrante

e pelo exercício feminista crítico e engajado de dar visibilidade as experiências de mulheres marginalizadas.

Um resgate do fluxo migratório brasileiro para Portugal, pode, a depender do viés de análise, retroceder até o período colonial sendo, muitas vezes os “laços históricos que unem os dois países” o principal argumento utilizado para explicar o deslocamento de brasileiros e brasileiras para a “ex-metrópole”. Porém, é importante lembrar que relações coloniais implicam, necessariamente, em uma relação de dominação/exploração política, social e cultural, onde a violência física e simbólica está sempre presente, contribuindo para a construção do povo colonizado como subalterno, inferior e desprovido de saberes. “A dominação colonial pressupõe a produção de um conhecimento sobre o colonizado que é, simultaneamente, produção de desconhecimento, uma vez que opera no essencial, através da redução do outro ao mesmo” (Ribeiro, 2010: 114). Além disso, a colonização foi um processo que deu início a atual concentração desigual de recursos materiais e simbólicos mundialmente, elemento base do capitalismo vigente. É a partir dos sistemas coloniais de dominação que se originou aquele que, segundo Quijano (1992; 2009), é o mais duradouro e mais geral modo de dominação atual, a colonialidade do poder: “A colonialidade, em consequência, é ainda o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem político explícito, foi destruído. Ela não esgota, obviamente, as condições nem as formas de exploração e dominação existente entre as pessoas. Mas não parou de ser, há 500 anos, seu marco principal” (Quijano 1992:439).

Mais ainda, como adverte Sarró e Mapril (2011) no Império colonial Português apenas os/as portugueses/as eram considerados/as cidadãos/ãs, o restante dos habitantes das colônias era considerado súdito. Portanto, o deslocamento de pessoas nesse período, entre a metrópole e a colônia, consistia não mais do que um elemento do projeto colonizador. Por isso não concebo os fluxos primeiros (tampouco os atuais) de pessoas entre Brasil e Portugal como sendo fruto do lusotropicalismo, da generosidade do povo português em receber imigrantes. Na verdade, o lusotropicalismo nada mais é do que um mito utilizado para substituir a violência bárbara empreendida por Portugal nas suas colônias por uma versão humanista, democrática e tolerante.

Dessa forma, para abordar a inserção laboral das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, parto dos movimentos migratórios que se dão a partir do século XX, mais especificamente na segunda metade dos anos 70. Isso não significa que durante o quase um século que decorre da independência brasileira de Portugal não tenha havido deslocamentos de brasileiros e brasileiras para o país, porém eram bastante pontuais e quase imperceptíveis para a demografia portuguesa. É principalmente após a revolução de 75 com a queda do regime ditatorial em Portugal, início do processo de redemocratização, desenvolvimento da economia, entrada na União Europeia e quando no Brasil vivia-se ainda uma ditadura, forte tensão política e recorrente crises financeiras que a migração brasileira para Portugal se consolidou.

Embora durante os anos 80 até início dos anos 2000 Portugal tivesse despontado¹ como um país atrativo para imigrantes do Brasil por conta das relações históricas, da facilidade linguística e do crescimento econômico, nunca assumiu o papel de principal destino da imigração brasileira. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2010) atualmente os Estados Unidos aparecem como o principal país a receber imigrantes brasileiros e brasileiras,

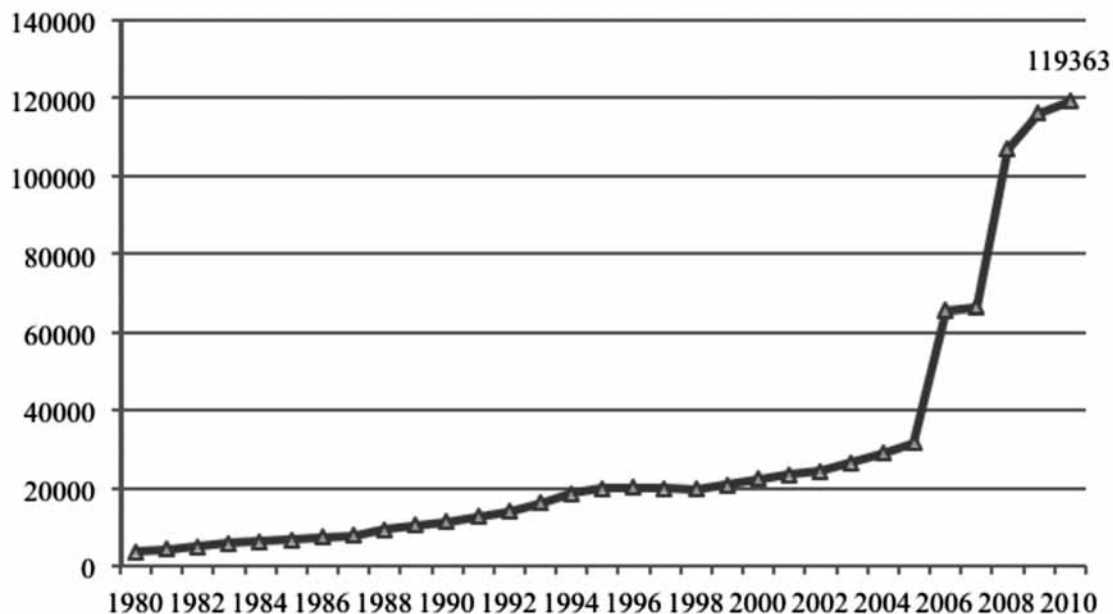
1 O verbo é usado no tempo passado, porque no momento em que escrevo esse artigo, uma crise econômica sem igual assola o país, diminuição dos postos de trabalho, nos salários e corte nas despesas sociais são algumas das características atuais, de forma que Portugal começa a se deixar de ser um destino interessante para imigrante.

ao todo consta com 1.388.000 indivíduos, seguido do Japão (230552), Paraguai (200000), Reino Unido (180000), Espanha (158761) e finalmente Portugal (136.220). Porém, tal fato não tira a relevância da imigração brasileira para Portugal, principalmente se considerar-se que tal fluxo tem apenas 40 anos e suas características qualitativas.

A presença de mulheres brasileiras no fluxo migratório para Portugal não se deu desde o início, foi sobretudo em meados dos anos noventa (seguindo o movimento internacional de feminização da imigração) que esses deslocamentos intensificaram-se. O aumento do número de brasileiras no país, juntamente com a mudança nos níveis de qualificação e na classe social dos/as imigrantes recém-chegados/as e com o crescimento quantitativo abrupto percebido a partir desse momento conduziu a uma divisão analítica da imigração brasileira para Portugal em duas grandes vagas (Casa do Brasil 2007; Góis et al. 2009; Malheiros 2007).

Convencionou-se chamar o período que vai da segunda metade da década de 70 até meados da década de 90 como Primeira Vaga, formada por um número reduzido de imigrantes, sobretudo do sexo masculino, altamente qualificados que se inseriram em postos equivalentes as suas credenciais escolares (dentistas, advogados/as, designers/ administradores/as) e distribuíram-se de maneira relativamente uniforme pelo país. A partir da metade dos anos 90 esse perfil alterou-se de forma sensível sendo marcado por um crescimento numérico intenso, aumento do número de mulheres, níveis de qualificação mais baixos, inserção laboral principalmente em postos de trabalho precários no setor de serviços, turismo e atendimento e concentração geográfica na área de Lisboa e no Porto, onde o mercado de trabalho é mais dinâmico. Até os dias de hoje as características da chamada segunda vaga parecem perpetuam-se, por isso, assim como Góis et. al (2009) refiro a migração recente como uma continuação da vaga anterior.

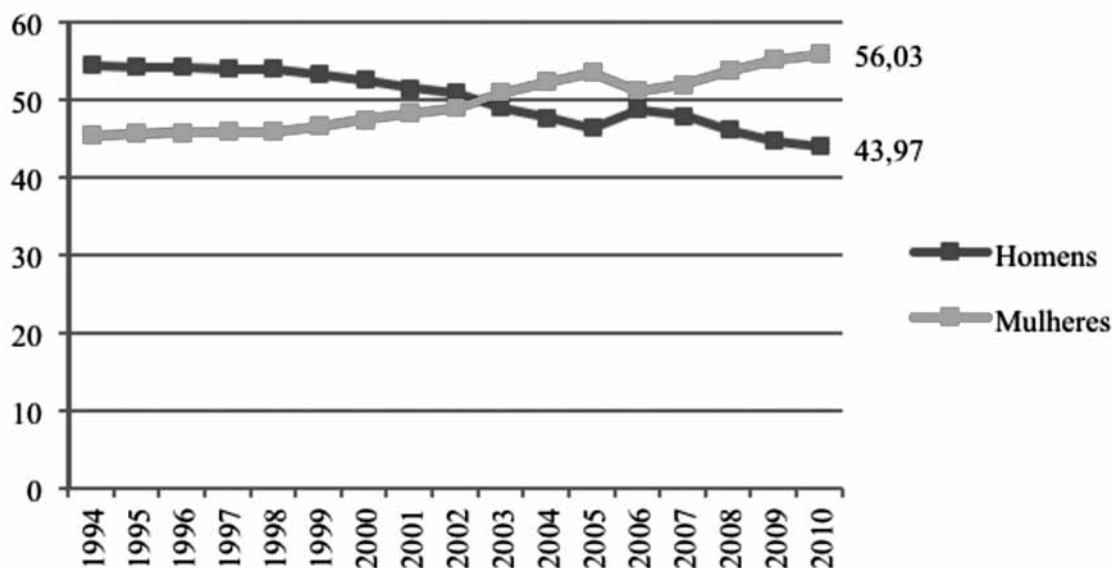
As mudanças desse perfil dessas duas vagas não se deram aleatoriamente, estiveram, sim, diretamente ligadas com as configurações do mercado de trabalho português (Peixoto 2008; Abreu e Peixoto 2009; Peixoto e Figueiredo 2007). Logo após o 25 de abril, o país deu início a um processo de modernização, tentando preencher uma lacuna de dois séculos de atraso em relação ao restante da Europa. Logo, era preciso mão de obra qualificada para assumir os novos postos criados, não sendo a população portuguesa ainda suficientemente qualificada, a busca por mão de obra imigrante mostrou-se como uma saída viável. Esse movimento de atração de imigrantes qualificados/as para Portugal permaneceu até meados da década de noventa, quando então os grandes investimentos da União Europeia em obras de infraestrutura consolidaram-se, o setor de serviços avançou em seu crescimento e houve uma melhoria significativa nos níveis de qualificação dos portugueses e portuguesas, a partir de então os postos de trabalho ofertados passaram a ser, sobretudo, na construção civil, no setor de turismo e nas atividades de serviço. Contribuiu também para esse segundo momento as redes sociais que surgiram como consequência da primeira vaga (Padilla, 2006). O gráfico a seguir ilustra essa evolução numérica.

Gráfico 1: Evolução da população brasileira imigrante em Portugal de 1980 a 2010 (Nº absolutos)

Fonte: Relatório de Imigração, Asilos e Fronteiras (Serviço de Estrangeiros e Fronteira-SEF), vários anos.

Percebe-se que o crescimento além de contínuo é intenso ao longo de todo o período e com alguns anos apresentando saltos ainda mais significativos, como por exemplo 2005 e 2007, resultantes de processos de regularização extraordinários que aconteceram em Portugal, nomeadamente o acordo bilateral entre a República Federativa do Brasil e Portugal, vulgarmente conhecido como Acordo Lula de 2003 e a nova lei da imigração portuguesa de 2007 (Lei, nº 23/2007). Em consequência dessa performance, no presente, a comunidade brasileira no país configura-se como a comunidade imigrante mais numerosa, representando aproximadamente 26,1% do total da população (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras 2011). E as mulheres vindas do Brasil contribuem de forma direta para esse número, segundo o referido relatório, a população feminina vinda do Brasil não apenas é superior à masculina (56,03% e 43,97%, respectivamente – Gráfico 2), como corresponde a cerca de 34% da população de mulheres imigrantes na sociedade portuguesa.

Os motivos para o crescimento do número de brasileiras em Portugal assemelham-se com aqueles da feminização da imigração internacional em geral: desenvolvimento do setor de serviços, aumento da qualificação da mão de obra feminina nacional, precarização das relações laborais, difusão de postos de trabalhos precários, diminuição de investimentos públicos em políticas sociais e o crescimento do setor de cuidados e de tarefas domésticas (Piper 2007; Kofman 1999; Morokvasic 1984; Padilla 2007; Catarino 2007; Wall and et. al 2005; Peixoto and et. al 2006).

Gráfico 2: Evolução da população brasileira desagregada por sexo de 1994 a 1990 (%)

Fonte: Relatório de Imigração, Asilos e Fronteiras (Serviço de Estrangeiros e Fronteira-SEF), vários anos.

Porém, as mulheres brasileiras em Portugal apresentam uma especificidade que não pode ser desconsiderada em seu processo de inserção laboral e social. Chama a atenção o grande número dessas imigrantes em atividades de atendimento (restaurantes, cafés, vendas) e de turismo, setor o qual Fernandes (2008) e Machado (2004) chamam de “mercado da simpatia” ou “mercado da alegria”, isto é, atividades que exigem trato com clientes e cuidado de crianças, pessoas idosas ou deficientes. Se por um lado esse padrão de inserção laboral justifica-se pela precariedade, instabilidade e pouco reconhecimento e prestígio social que esses postos possuem, por outro não podem ser dissociados de maneira alguma do estereótipo existente na sociedade portuguesa sobre as imigrantes brasileiras.

São inúmeros os estudos que apontam para a existência de um imaginário carregado de conotação sexual acerca da mulher brasileira na sociedade portuguesa (Gomes 2011; Santos, Gomes, e Duarte 2009; Santos 2007; Padilla 2007; Marques e Góis 2012; Fernandes 2008; Pontes 2004). Comumente adjetivos como “simpática, alegre, bonita, cuidadosa, dócil e carinhosa” são lhes atribuídos, porém, “eróticas, exóticas, sensuais, sedutoras, sexualmente livres” são, igualmente, citados com frequência. Por isso, Padilla (2007) afirma que a imagem hipersexualizada da mulher brasileira em Portugal, constantemente associada à prostituição, ao mercado do sexo e a criminalidade não pode ser ignorada quando se analisa seus processos de inclusão/exclusão social, segundo a autora “Entre esta imagem da brasileira calorosa e exuberante e a da prostituta vai só um passo, sendo esta analogia reforçada pelas notícias permanentes que os media transmitem” (Padilla, 2007: 125).

Vários são os discursos e as práticas que contribuem para tal feito, dentre eles ressaltaria os discursos midiáticos, oficiais sobre o tráfico, historiográficos, acadêmicos e das agências de turismo portuguesas e brasileiras. Aqui, concebo o discurso como uma forma de ação, como uma prática social e não como um ato isolado do indivíduo (Resende, 2008). Entre o discurso e a estrutura

social está presente uma relação dialética, ou seja, ao mesmo tempo em que o discurso contribui para a construção da estrutura social, ele é também – direta ou indiretamente – afetado por ela. Tal compreensão, coloca-o como uma prática que constitui, naturaliza, legitima, reforça e transforma os significados do mundo nas relações de poder (Fairclough, 2001). Ao analisar os discursos acima citados através das proposições da Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2001; van Dijk, 2010; van Dijk, 2008) é possível perceber como as desigualdades são representadas, reproduzidas, compartilhadas nas diferentes instâncias da sociedade portuguesa, como “expressam e transmitem sentidos, e podem, assim influenciar nossas crenças sobre imigrantes e minorias” (van Dijk, 2010:138), nesse caso as imigrantes brasileiras.

Segundo Almeida (2008) a intensificação dos fluxos migratórios para Portugal deu visibilidade a um racismo até então encoberto pelo discurso hegemônico do lusotropicalismo que apresentava a sociedade portuguesa como não racista², com base no exemplo da expansão e do colonialismo português “tolerante” e da miscigenação colonial. Nos dias atuais, ainda são inúmeros os discursos sobre a tolerância do povo português, sua condescendência e habilidade de aceitação do *outro*, entre eles pode-se citar o mito da Lusofonia, a criação da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a difusão da noção de Diáspora Portuguesa e os vários prêmios e reconhecimentos que o país tem ganho de organismos internacionais por conta do I e II Plano Nacional de Integração dos Imigrantes (PII) em vigor desde 2007 - Melhor na atribuição de direitos e serviços aos estrangeiros residentes (United Nations 2010) e segundo lugar pelas políticas de integração de imigrantes no III Migration Integration Policy Index (MIPEX 2011).

Tal é particularmente evidente na actual retórica oficial que ajuda a reproduzir o mito do lusotropicalismo sobre a suposta tolerância nacional, assim como a reforçar a ideia do sucesso das políticas de integração do diferente, e que utiliza precisamente a história do colonialismo português como um recurso simbólico disponível para mostrar a sua vocação universalista e tolerante (Araújo, Maeso e Menezes 2010: 117)

Porém, a negação ou a falsa tolerância é, segundo van Dijk (2010) uma das características principais do racismo contemporâneo. A compreensão de que se trata de um preconceito já ultrapassado torna-o mais difícil de ser identificado, delimitado e circunscrito (van Dijk 2010), principalmente quando se compreende que o racismo “encontra-se incorporado no modo de funcionamento das instituições ocidentais” (Araújo, Maeso e Menezes 2010:116).

Porém, uma análise (que nem precisa ser tão profunda) da realidade portuguesa mostra com clareza as várias manifestações de racismos que contrariam o discurso da tolerância e da vocação para a integração da diversidade. Processos de segregação espacial (Malheiros 2010, 2009, 2007), de criminalização (Guia 2010), patologização (Pussetti 2010) e de exclusão do mercado laboral (Peixoto and Figueiredo 2007; Egreja e Peixoto 2011), discursos midiáticos e oficiais que reforçam estereótipos (Santos 2007; Cunha 2007) e preconceitos raciais e de gênero (Padilla 2007; Malheiros e Padilla 2010; Menezes 2007; Araújo e Maeso 2010) fazem parte do cotidiano dos/as imigrantes em Portugal.

2 A opção por utilizar conceitos como racismo, e conseqüentemente, raça em uma discussão sobre imigrantes brasileiras em geral dá-se pela compreensão de que raça vai muito além da cor da pele ou da sua base biológica, abarca também fatores culturais. Raça aqui é entendida como uma construção social, histórica e política que tem sido naturalizada para justificar as desigualdades, uma ficção nos termos de (Quijano 2009) uma invenção que legitima relações de superioridades e inferioridade na atual sociedade (Piscitelli 2008; Araújo, Maeso, and Menezes 2010; Brah and Phoenix 2005)

No caso das imigrantes brasileiras, soma-se a todas essas práticas o peso do discurso colonial português que continua a reproduzir essas mulheres como inferiores, subalternas, através de processos de racialização, etnização e sexualização. Ou seja, as representações das brasileiras em várias esferas da sociedade portuguesa acabam por essencializá-las como mulheres naturalmente sexualizada.

Essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Refiro-me às noções sexualizadas e racializadas de feminilidade pelo fato de serem brasileiras. Independentemente de serem consideradas no Brasil, brancas ou morenas, nos fluxos migratórios para certos países do Norte as brasileiras são racializadas como mestiças (...). E essa racialização é sexualizada (Piscitelli, 2008:269).

As narrativas coloniais costumavam apresentar as mulheres negras e indígenas como livres sexualmente e dotadas de uma corporalidade diferente das europeias (Stolke, 2006) e o mito do lusotropicalismo utiliza-se dessa construção ao narrar uma miscigenação harmônica entre os senhores feudais portugueses e suas escravas. Nos dias atuais, na sociedade portuguesa são as mulheres brasileiras que ocupam esse lugar erotizado, anteriormente reservado às escravas africanas. Independente da cor da pele, as brasileiras em Portugal passam pelo mesmo processo de hiperssexualização das mulheres negras e mulatas no Brasil, processo esse “ancorado nas imagens de seu passado escravo de corpo-procriação e/ou corpo-objeto do prazer do macho e senhor” (Baptista e Rosenberg, 2008:84).

O episódio que ficou conhecido como “Mães de Bragança” em 2003, quando mulheres portuguesas da cidade de Bragança manifestaram-se em nome da ordem, da moral, da família e dos bons costumes contra a presença de brasileiras imigrantes que trabalhavam em casas de alterne³ e “contra os efeitos nefastos da prostituição na estabilidade da família tradicional” (Alvim e Togni, 2010), legitimou o “pânico moral” em torno das brasileiras, contribuindo para intensificar os processos de estigmatização e segregação dessas mulheres. Mais do que isso, em sua análise Pais (2010:22) identifica uma polarização social entre as brasileiras e as portuguesas. As imigrantes brasileiras além de terem sido sexualizadas, tidas como sedutoras, também foram constantemente associadas à bruxaria e feitiçaria para conquistar os homens, numa clara alusão ao imaginário colonial das escravas do Brasil como voluptuosas, eróticas, exóticas e ligadas com magias. Por outro lado as portuguesas encarnavam o papel das mulheres descentes, dedicadas à família, aos valores sólidos e ao trabalho honesto. “Não por acaso, o movimento das “mães” não se denominou de “esposas” ou de «mulheres». Ao reivindicarem o estatuto de mães, elas não estariam, propriamente, a negar outros estatutos. Estariam, sobretudo, a colocar-se acima da fasquia moral das suas rivais. Umas «puras» (mães), outras “putas” (filhas da mãe, no sentido pejorativo do termo)” (Pais, 2010: 22).

O discurso da mídia portuguesa (e internacional) sobre esse episódio, assim como aqueles oficiais sobre o tráfico de seres humanos e dos casamentos de conveniência contribuíram e contribuem para o fortalecimento de um discurso hegemônico sexista que apresenta a mulher brasileira como “a mulher exótica, com *locus* erótico e com estatuto jurídico de marginalidade” (Alvim e Togni, 2010:125).

Dois exemplos mais recentes que ilustram essa prática podem ser destacados. A matéria da revista semanal portuguesa FOCUS (565/2010) tinha como capa a manchete “Os segredo da mulher brasileira – Eles adoram-na.

3 Bares noturnos

Elas odeiam-na?” e ao fundo a imagem de uma mulher sem rosto, dotada de um corpo semi-nu perfeito, representado dessa forma, a mulher brasileira, exclusivamente, como um corpo sexualizado. Em suas análises, Gomes (2011:21) destaca que no primeiro parágrafo da matéria as brasileiras são referidas como “mulheres da Terra de Vera Cruz”, fazendo referência clara ao imaginário colonial, uma vez que esse foi o primeiro nome dado por Portugal ao então descoberto território. A matéria trata de casamentos mistos, porém unicamente entre brasileiras e portugueses, sendo do começo ao fim repleta de imagens de mulheres com roupas decotadas, textos estereotipados e carregados clichês: “Os 10 mandamentos que usam para seduzir um homem”; “Criar surpresas afetivas, sensuais e eróticas”, “Nunca rir ou recriminar as atitudes sensuais, eróticas ou afectivas do outro” são algumas ilustrações. Já o programa de televisão “Café Central”, veiculado pelo canal Rádio e Televisão de Portugal (RTP), tratava-se de uma animação gráfica que trazia entre seus 5 personagens uma única mulher de nome “Gina”, uma prostituta, hipersexualizada, que falava com sotaque brasileiro, discutia apenas assuntos ligados a sexo e era alvo de piadas também de conteúdo sexista. No episódio que foi ao ar ao 28 de agosto de 2011, uma das falas da personagem foi: “*Se fosse eu a mandar nos destinos do país, seria tudo feito na base do sexo. Esqueçam as privatizações, comigo o negócio são as sexualizações. Faça como eu: tem de pagar IVA, paga com sexo; paga IRS, paga com sexo, ué? Negociações com a Tróika? Sexo!*”.

Figura 1: Capa da Revista Focus (565/2010) e imagem da personagem “Gina” do Programa “Café Central” da RTP



Diante do exposto, percebe-se como são inúmeras as variáveis que se inter cruzam na experiência migratória das mulheres brasileiras em Portugal. As diferenças de gênero cruzam-se com outros demarcadores de diferença como classe, raça, etnia, nacionalidade resultando em uma matriz de estratificação complexa com dinâmicas de exclusão, inclusão e estabelecimento de relações desiguais de poder (Juliano, 2000; Rubio, 2003 e Piper, 2007), daí ser fundamental avaliar e considerar como esses diversos marcadores de diferença articulam-se entre si. Nesse sentido os aportes oferecidos pelas teorias da interseccionalidade oferecem um viés de análise que não só amplia e enriquece o entendimento desse fenômeno, como possibilita pensar caminhos para a construção de uma mudança no que diz respeito aos processos de marginalização que essas mulheres são expostas. Isso porque a interseccionalidade traz de volta o projeto político de dar visibilidade as consequências sociais e materiais dos marcadores de diferenças quando analisados em interação (Brah e Phoenix 2005; Lugones

2008). Compartilho o entendimento de que a interseccionalidade é um conceito que possibilita compreender como “efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis se seguem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e experienciais – se intersectam em contextos históricos específicos” (Brah e Phoneix, 2004: 76).

Era então diante de tal realidade racista, sexista onde mecanismos de dominação (pós) colonial continuam a operar em relação as mulheres brasileiras (e não só) que eu iria desenvolver minha investigação de doutorado. Eu que também sou uma mulher brasileira imigrante em Portugal e que, igualmente, me deparo a todo instante com tais mecanismos. Fácil perceber o grau de identificação entre as mulheres que estudei e eu, ainda que minha condição de doutoranda e minha classe social pudessem diferenciar, em algum momento, o lugar que ocupávamos, na maior parte do tempo, elas e eu éramos (e somos) antes de tudo “mulheres brasileiras imigrantes”.

Se o fato de estudar “mulheres” e “gênero” pode conduzir quase que naturalmente por lentes feministas de análise, minha identificação com “meu objeto” assim como meu compromisso pessoal com a construção de uma ciência crítica e engajada com a mudança social levou-me inevitavelmente pelos caminhos das metodologias e epistemologias feministas.

Imigração e Epistemologias feministas

Kofman (1999) em seu artigo *Female “birds of passage” a decade later: gender and immigration in the European Union* mostra como, apesar do grande impacto do estudo de Morokvasic (1984) que denunciou pela primeira vez a invisibilidade das mulheres nos processo migratório e alertou para a importância desse fenômeno, a imigração feminina continuou a ser negligenciada nas investigações científicas e nas políticas migratórias. As questões relativas a imigrantes homens e mulheres continuaram a ser tratadas da mesma maneira, desconsiderando o peso que as diferenças de gênero possuem nesse processo. A figura do imigrante permaneceu a ser entendida e investigada em sua maioria como masculina, ao mesmo tempo em que as temáticas exclusivas às mulheres continuaram sendo banalizadas e descuradas.

Tal invisibilização das diferenças de gênero nos estudos migratórios e em outros campos de saber e de atuação tem sido uma prática constante, ou seja, reproduz-se no meio acadêmico as características patriarcais e sexistas de nossa sociedade. Contra esse caráter androcêntrico, conservador, excludente e opressor das ciências modernas as epistemologias feministas têm se colocado como uma alternativa inovadora e crítica. E mesmo que não se tenha conseguido atingir uma produção de saber científico que reconheça plenamente o papel das diferenças de gênero na estruturação desigual das sociedades, ao demonstrar que a “opressão tem muitas faces” (Young, 1990 apud Santos, 1994) e transgredir a linha divisória entre política e ciência (Harding, 1996) as epistemologias feministas desafiaram o mito da neutralidade científica e contribuíram de forma inegável para aquilo que Santos (1988) denomina ser a “transição paradigmática” do “conhecimento regulação” para o “conhecimento emancipatório”.

O caráter plural dos feminismos não apenas conduz a um movimento constante de repensar o conhecimento e suas formas de produção, mas oferece também metodologias e ferramentas de análise inovadoras para esse exercício. Além disso, resgata o papel da emoção e da experiência nesse processo e admite a impossibilidade e a inutilidade de uma investigação neutra e imparcial, principalmente porque advoga por uma ciência engajada e que contribua para a promoção da mudança social (Narvaz e Koller 2007).

É claro que nem todos os feminismos têm a mesma compreensão acerca da emancipação feminina, Mohanty em 1984 já desmascarou essa realidade. Em “Bajo los ojos de Occidente” a autora denunciou a prática acadêmica de

colonização discursiva do feminismo ocidental sobre as mulheres do Terceiro Mundo, a imposição de uma metodologia eurocêntrica dita universal e o não reconhecimento e a invisibilização das práticas feministas dos países do Sul.

Algumas teorias feministas só conseguem ver e descrever realidades e práticas que classificam de longínquas, excepcionais, exóticas, nativas, locais, tradicionais, sexistas, e assim por diante (...). O potencial do carácter etno e logocêntrico da categorização feminista dominante esconde a complexidade e a diversidade das experiências sociais, materiais, simbólicas, políticas e de poder das mulheres, mostrando o quanto podem ser desadequados e incapazes conceitos como patriarcado e género (Cunha, 2011:60–61).

Porém, os feminismos dos quais busco me aproximar aqui são os ditos pós-coloniais, que se comprometem a entender a complexidade das relações e subordinações que se exercem sobre aquelas consideradas “outros” (Curiel, 2007), os que buscam uma prática transcultural igualitária, não universalizante e não colonizadora (Mohanty, 2003), aqueles que reconhecem a prática cotidiana e situada como terrenos epistemológicos igualmente válidos e desenvolvem uma “ética da singularidade que é uma busca da comensurabilidade entre pessoas culturalmente situadas, é a procura, face a face da alteridade não de forma abstract, teórica e categorial mas ouvindo e dando espaço à plurivocalidade” (Cunha, 2011:61).

Reconheço portanto que os feminismos oferecem ferramentas metodológicas adequadas e arcabouço teórico para problematizar de maneira crítica o fenómeno da inserção das imigrantes brasileiras no mercado laboral português. Ao mesmo tempo, admitem que integre minhas impressões, questionamentos, indignações, emoções, sensações e biografia enquanto investigadora brasileira imigrante em Portugal. Recorro, especificamente nesse caso para as contribuições da auto-reflexividade que defendem a importância das experiências, contingências e da dimensão biográfica no processo de construção do conhecimento, promovendo, igualmente, uma análise da relação do sujeito epistêmico consigo próprio.

[A autorreflexividade] é uma possibilidade fecunda de aumentar a objectividade ampliando os campos de confrontação e de argumentação uma vez que se admite a intrusão e a presença do observado, do emocional, daquilo que faz parte, enfim, da corrente quente do pensamento de que Santos nos fala, ou seja, as condições e a vontade de ultrapassar os desafios e as dificuldades (Cunha, 2011:79).

A relevância das ideologias políticas no processo de investigação e, por consequência, na produção dos discursos científicos é outro ponto enfatizado pelas epistemologias feministas. Essa preocupação se dá pela compreensão de que: “As formas pelas quais problematizamos uma questão afetam o modo como a investigamos, tanto quanto diferentes métodos de investigação destacam diferentes evidências e, assim, podem conduzir a diferentes resultados” (Narvaz e Koller, 2006:648) e que a escolha de uma determinada metodologia é um ato político, sustentado por pressupostos ideológicos que não podem ser minimizados.

No que diz respeito a incorporação da dimensão biográfica, os feminismos acadêmicos compreendem que tal prática permite a construção de um novo saber, que segundo Lechner (2009:43) reconhece, em pé de igualdade, o valor da experiência e da elaboração teórica, pois entendem que a constituição dos sujeitos se dá mediante a experiência (Piscitelli, 2008). Nesse sentido, a pesquisa biográfica evita que se desperdice os saberes experienciais dos sujeitos que surgem no terreno, porque como afirma Benzaquen (2008:22)

investigadores e investigadoras não são apenas máquinas de decodificar o real para chegar à verdade absoluta, são sujeitos que escrevem, vêm, leem, escutam e sentem.

Ao optar por uma narrativa pessoal, escrita em primeira pessoa, incorporando minha história de imigração e implicando-me como sujeito de análise, não busquei fugir da cientificidade do trabalho de investigação acadêmico, mas sim almejei contribuir para a construção de uma ciência responsável, criativa e inovadora, que congrega diferentes níveis de análise e, simultaneamente, pretendi, aproximar-me das minhas interlocutoras para junto com elas conhecer a realidade que pretendia estudar. Ou seja, desejava menos produzir um trabalho *sobre* imigrantes e mais um trabalho *com* mulheres brasileiras imigrantes, pois compartilho com Narvaz e Koller (2006:651) o entendimento que:

A pesquisa feminista tem especial preocupação com o lugar do/a investigador/a na relação com os/as participantes e com o impacto da investigação nos/as participantes da pesquisa. Na investigação feminista, a relação desigual de poder entre o/a investigador/a e o/a investigado/a é trabalhada de forma a que a perspectiva do/a último/a seja validada e reconhecida como fundamental, considerando-se os/as participantes especialistas das suas próprias experiências

Apesar de já ter decorrido mais de quatro anos que imigrei para o país, continuo a identificar-me (e sou constantemente lembrada) antes de tudo como um mulher brasileira imigrante, classificação que por várias vezes se sobrepõe à minha posição de doutoranda ou classe social, continuo, portanto, a ser um “outro”, a diferir das mulheres nacionais. Esse, é pois, um dos aspectos que acompanha as reflexões e confrontações teóricas que sustentam meus estudos, ansiando por produzir uma matéria discursiva significativa, sem perder de vista o exercício constante de avaliação acerca de que ciência estou produzindo (Neves e Nogueira, 2005).

O tipo de discussão e análise a qual me dedico é situada, parcial, em conjunção com o espaço-tempo e com as dinâmicas sociais vigentes, que visa a produção de um conhecimento feminista crítico acerca das imigrantes brasileiras na sociedade portuguesa, constituindo-se, portanto, como aquilo que Narvaz e Koller (2007) chamam de “investigação militante”. Tal opção justifica-se não apenas pelo número significativo dessa população no país, mas, principalmente pelo desejo de contribuir para a desconstrução dos discursos dominantes naturalizados, essencialistas e hierárquicos que circulam sobre essas mulheres.

Porém, se o que até agora tenho apresentado acerca das investigações feministas aparece como um desafio, é importante lembrar que ele se torna ainda maior quando se parte da compreensão de que reconhecer as diferenças de gênero nos estudos migratórios, assim como em qualquer outro, vai muito além do que a simples incorporação de mais uma variável ou categoria de análise. Considerar essas diferenças no contexto da imigração significa rever muito dos atuais modelos, reformular concepções consolidadas e propor novas questões (Juliano, 2000). Significa ir além de comparações numéricas acerca da experiência de homens e mulheres em um processo migratório, implica em problematizar essas relações, buscar conhecer suas causas, seus efeitos e procurar meios para minar as desigualdades assim como oferecer vias de construção para a mudança social.

Não basta falar de mulheres e homens como se esta fosse uma relação naturalmente dual, simples e não problemática. Pelo contrário, a relação entre as mulheres e os homens pressupõe um confronto cognitivo prévio acerca das desigualdades ou continuidades dos seus poderes que determinam, em última instância quem oprime

versus quem é oprimido ou é oprimido e opressor ao mesmo tempo (Cunha, 2011:60).

Com base em tais pressupostos é que busco dar visibilidade às experiências das mulheres brasileira imigrantes em Portugal, destacando a opressão de gênero, de raça e classe social as quais são submetidas. A ênfase dada à dimensão pessoal, às sensações e impressões baseia-se na compreensão de que um saber a serviço da mudança social “não descarta os sentimentos, mas sim, os valoriza e os coloca em evidência” (Benzaquen, 2008: 22). Isto é, concebe a experiência afetiva como mais do que necessária para a construção de práticas que levam a outras possibilidades de produção e socialização do conhecimento.

Conclusões em prática

Durante o ano de 2010 fiz parte da coordenação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em Portugal, fi-lo por reconhecer em tal experiência uma possibilidade concreta de aliar saber acadêmico e militante, de participar ativamente da construção de um discurso emancipatório em relação as mulheres.

A MMM é um movimento internacional feminista anticapitalista e anti-imperiaista, que se iniciou em 1995 no Canadá através de uma iniciativa local, que buscava pressionar o governo Canadense por uma melhoria da situação econômica das mulheres. O movimento concebe a luta contra a discriminação de gênero como sendo transversal a todas as formas de exclusão e desigualdades, pauta-se nos ideais de solidariedade, igualdade, liberdade, justiça e paz. Parte de um organização horizontal, não hierárquica, utilizando-se de processos de auto-organização e autofinanciamento e tem como suporte as teorias ligadas a emancipação social (Marcha Mundial das Mulheres, 2012).

Em 2010, ano no qual participei ativamente da coordenação em Portugal, ocorreu a Terceira Ação Global, com foco principalmente em quatro eixos: bem comum e acessos a recursos, trabalho de mulheres, violência contra as mulheres e a paz, justiça e desmilitarização. Suas ações deram-se principalmente através dos meios virtuais – blogs, páginas no facebook, canal no youtube – e ações de rua, como por exemplo, a manifestação do 08 de Março na Praça do Rossio, em Lisboa.

No livro “Diálogos” Deleuze e Parnet (1998: 74) nos perguntam “De que afetos você é capaz?”, aproprio-me dessa provocação e traduzo-a para “A qual ciência você serve?”, “Que conhecimento você constrói?”, “Que saber você semeia?”. Produzir conhecimento crítico e engajado com a mudança social é uma tarefa que exige comprometimento não apenas teórico, mas também do exercício da prática. Mohanty (2008) aponta para a urgência de uma articulação verdadeira e igualitária entre as mulheres que se encontram produzindo saberes acadêmicos e científicos e aquelas cuja a principal via de atuação é a militância no campo, gerando saberes outros a partir da sua experiência. Dessa forma, é preciso compreender que ambos são lugares privilegiados e igualmente válidos para a construção de “uma solidariedade feminista não colonizadora”, nesse sentido, é necessário erguer pontes entre o feminismo acadêmico e a organização política (Mohanty, 2008:123) e encontrar espaço para a incorporação das resistências coletivas que as mulheres “comuns” elaboram no cotidiano.

Identifico minha participação na Marcha Mundial das Mulheres como uma dessas experiências de diálogo entre saber acadêmico e prático, a MMM requereu de mim um deslocamento do meu lugar de atuação, saindo dos muros da Universidade e indo para o campo onde a vida é “realmente vida”. Elevou à máxima potência a fusão entre investigadora e objeto de estudo, exigiu de mim um posicionamento político, forçou-me a confrontar meus pressupostos teóricos e discurso acadêmico com minha prática cotidiana.

Ao mesmo tempo, o arcabouço teórico crítico construído ao longo dos anos de academia permitiram-me não deixar de enxergar algumas falhas e lapsus dessa experiência e não perder a criticidade.

A experiência de participação no MMM é considerada por mim como um marco na minha produção científica feminista, ao fazer parte do grupo de articulação fiz uma escolha política que afetou daquele momento em diante toda minha investigação sobre as mulheres brasileiras em Portugal, aproximei-me do que Cunha (2011:80) denomina de “rigor sem neutralidade”, ou seja, aquilo que possibilita “evitar a naturalização da cooptação tantas vezes transformada, retoricamente, em estratégia de luta ou em projeto de pesquisa”.

Respalhada pelas epistemologias feministas mais críticas sustento que pesquisa e ação, ciência e sociedade, conhecimento e prática não são pares de opostos, mas sim complementares. Concebo a ciência que me comprometo a produzir como uma filosofia política, que mais do que descrever e diagnosticar a realidade, propõe-se a constrói novos caminhos no sentido da transformação social.

Portanto, as provocações das epistemologias feministas mais críticas não deixam de ecoar em mim. Que tipo de ciência tenho produzido? Tenho conseguido criar espaços para a promoção do diálogo entre diferentes saberes? Participar de movimentos sociais é suficiente para ultrapassar a dicotomia entre ciência e prática? Reconhecer a parcialidade do meu saber e buscar completa-lo com as experiências das mulheres com quem trabalhei, é isso que se entende por descolonizar o saber? Minha produção tem contribuído para a construção da emancipação social, de uma ciência não colonizadora, crítica e engajada?

Estas são respostas que espero nunca consegui-las para não perder o exercício constante de de avaliação da minha prática e do meu lugar de investigadora, pois como ensinam os feminismos a responsabilidade de uma ciência crítica e engajada não é com a produção de verdades universais ou respostas absolutas, é pois, com sua reavaliação constante. Dessa forma, essas são indagações que devem guiar meus escritos continuamente pois o desconforto e o incômodo da dúvida são os motores do processo contínuo de análise da qualidade e do comprometimento do conhecimento que tenho produzido.

Referência Bibliográfica

- Abreu, Alexandre, e João Peixoto 2009 “Demografia, Mercado De Trabalho e Imigração De Substituição: Tendências, Políticas e Prospectivas No Caso Português” en *Análise Social* XLIV: 719–746.
- Almeida, Miguel Vale 2008 “O Complexo Colonial Português” en *Jornal Hoje Macau* 31 de Outubro.
- Alvim, Filipa, e Togni, Paula 2010 “Sob o Véu Dos Direitos Humanos: Tráfegos, Tráficos e Políticas Públicas Para a Imigração. Um Estudo De Caso Sobre as Mulheres Brasileiras Em Portugal” en: *Atas Do 1º Seminário De Estudos Sobre Imigração Brasileira Na Europa*: 145–152.
- Araújo, Marta, Silvia Maeso e Maria Paula Menezes 2010 “Racismo e Cidadania” en: *Janus, Anuário Das Relações Exteriores*: 116–117.
- Araújo, Marta; Rodríguez Maeso, Silvia (2010), “Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de História”, en *Estudos de Sociologia*, Vol. 15, Nº 28, 239-270.
- Baptista, Paulo e Rosemberg Fúlvia 2008 “Brasil: Lugares De Negros e Brancos Na Mídia” en: *Racismo e Discurso Na América Latina* (São Paulo: Contexto) 73–119.
- Benzaquen, Júlia 2008 “As Vozes-saberes Do Musseque Do Mundo. Ampliar A Audição Através De Uma Leitura De Luandino Vieira” en *E-cadernos Do CES*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/documentos/ecadernos2/Julia%20Figueredo%20Benzaquen.pdf>

- Brah, Avtar e Ann Phoenix 2005 "Ain't I a Woman? Revisiting Intersectionality" en *Journal of International Women's Studies* nº 5: 75–86.
- Casa do Brasil 2007 *A "Segunda Vaga" De Imigração Brasileira Para Portugal (1998-2003)* (Lisboa: Casa do Brasil).
- Catarino, Christine 2007 "New Female Migrants in Portugal: A State of the Art" en *Working Paper, Nº5 WP4 Fevereiro*.
- Cunha, Isabel 2007 "Imigrantes Nos Media Portugueses: Representações Das Minorias No Início Do Milênio" en *Comunicação e Educação* 12, nº2: 49–58.
- Cunha, Teresa 2011 "Para Além e Um Índico De Desesperos e Revoltas: Uma Análise Feminista Pós-colonial Das Estratégias De Autoridade e Poder Das Mulheres De Moçambique e Timor-Leste" *Tese de Doutoramento* (Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais: Portugal)
- Curiel, Ochy 2007 "Crítica Poscolonial Desde Las Práticas Políticas Del Feminismo Antirracista" en *Nómadas* (Col) 26: 92–101.
- van Dijk, Teun 2008 *Racismo e Discurso Na América Latina* (São Paulo: Contexto).
- _____ 2010 *Discurso e Poder* (São Paulo: Contexto).
- Egreja, Catarina, e Peixoto, João 2011 "Caminhos Limitados Ou Mobilidade Laboral Bloqueada: a Mobilidade Socioprofssional Dos Imigrantes Brasileiros Em Portugal" en *Sociologia, Problemas e Práticas* Vol. 67: 43–64.
- Fairclough, Norman 2001 *Discurso e Mudança Social* (Brasília: UNB).
- Fernandes, Gleiciani 2008 "Viver "Além-Mar": Estrutura e Experiência De Brasileiras Imigrantes Na Região Metropolitana De Lisboa". *Dissertação de Mestrado* (Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais - Lisboa: Portugal).
- Góis, Pedro, José Carlos Marques, Beatriz Padilla e João Peixoto 2009 "Segunda Ou Terceira Vaga? As Características Da Imigração Brasileira Recente Em Portugal" en *Revista Migrações - Número Temático Migrações Entre Portugal e América Latina* nº5: 111–113.
- Gomes, Mariana 2011 "Mulheres Brasileiras Em Portugal e Imaginários Sociais: Uma Revisão Crítica Da Literatura" en: *CIES e-Working Paper 206/2011*. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP106_Gomes.pdf
- Guia, Maria João 2010 "Imigrantes e Criminalidade Violenta Em Portugal: Qual a Relação?" en: *O Cabo Dos Trabalhos: Revista Electrónica Dos Programas De Mestrado e Doutoramento Do CES/FEUC/FLUC* Nº 4.
- Harding, Sandra (1996) *Ciencia y feminismo* (Madrid: Ediciones Morata)
- Juliano, Dolores 2000 "Mujeres Estructuralmente Viajeras: Estereotipos y Estrategias" en *Papers* 60: 381–389.
- Kofman, Eleonore 1999 "Female "Birds of Passage" a Decade Later: Gender and Immigration in the European Union" en *International Migration Review* Vol. 33, Nº2: 269–299.
- Lechner, Elsa 2009 "Migração, Pesquisa Biográfica e Emancipação Social: Contributo Para a Análise Dos Impactos Da Pesquisa Biográfica Junto De Imigrantes" en: *Revista Crítica De Ciências Sociais* Vol. 85: 43–64.
- Lugones, Maria 2008 "Colonialidad y Género" en *Tabula Rasa* Vol. 9: 73-102
- Machado, Igor 2004 "Afetividade e Poder Entre Os Imigrantes Brasileiros No Porto" en *Cadernos Págu* Vol. 23: 257–278.
- Malheiros, Jorge 2007 *A Imigração Brasileira Em Portugal* (Lisboa: ACIDI).
- Malheiros, Jorge e Padilla, Beatriz 2010 *Mulheres Imigrantes Empreendedoras* (Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG).

- Margolis, Maxine (1993), *Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. (Nova Iorque: Princeton University Press).
- Marques, José Carlos e Góis, Pedro 2012 *A Emergência Das Imigrações No Feminino* (Cascais: Principia).
- Migration Integration Policy Index (MIPEX) 2011 *Migration Integration Policy Index III*.
- Mohanty, Chandra Talpade 1984 “Bajo Los Ojos De Occidente. Academia Feminista y Discurso Colonial” en *Descolonizando El Feminismo: Teorías y Prácticas Desde Los Márgenes* (Madrid: Catedra).
- Mohanty, Chandra Talpade 2008 “De vuelta a ‘Bajo los ojos de Occidente’: la solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas” en L. Suárez y R.A. Hernández (eds.) *Descolonizando el feminismo. Teorías y prácticas desde los márgenes* (Madrid: Cátedra): 407-464.
- Morokvasic, Mirjana 1984 “Birds of Passae Are Also Women” en: *International Migration Review* 18, Nº4: 886–907.
- Narvaz, Martha Giudice e Koller, Silvia Helena 2006 “Metodologias Feministas e Estudos De Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política” en *Psicologia Em Estudo* Vol. 11, Nº 3: 647–654.
- _____ 2007 “A Marginalização Dos Estudos Feministas e De Gênero Na Psicologia Acadêmica Contemporânea” en *Psico* Vol. 38, nº 3: 216–223.
- Padilla, Beatriz 2006 *Redes Sociales De Los Brasileiros Recién Llegados a Portugal: Solidariedade Étnica Ou Empatia Étnica*. Revista Alternativas, Cuadernos De Trabajo Social 14: 49–61.
- _____ 2007 “A Imigrante Brasileira Em Portugal: Considerando Género Na Análise” en Malheiros, Jorge (org) *A Imigração Brasileira Em Portugal* (Lisboa: ACIDI) 113–135.
- _____ 2010 “De-Segregation, Peripheralisation and the Social Exclusion of Immigrants: Southern European Cities in the 1990s” en *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 36, nº 2, February: 227-256.
- _____ 2009 “Tendências actuais das migrações internacionais: construir a cidade intercultural – ideologia, prática política e acção aplicadas ao caso de Lisboa” en Rocha-Trindade, Maria Beatriz (ed.) *Migrações: Permanências e Diversidades* (Porto, Afrontamento), pp.17-36.
- Malheiros, Jorge e Fonseca, Luciana 2011 *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal* (ACIDI, Lisboa)
- Meneses, Maria Paula (2007) “Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial” en Nilma Gomes (org.), *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. (Belo Horizonte: Autêntica), 55-75.
- Pais, José Machado 2010 ““Mães De Bragança” e Feitiços: Enredos Luso-brasileiros Em Torno Da Sexualidade” en *Revista De Ciências Sociais da UFC* Vol. 41, nº2: 9–23.
- Peixoto, João 2008 “Imigração e Mercado De Trabalho Em Portugal: Investigações e Tendências Recentes” en *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado De Trabalho*: 19–46.
- Peixoto, João e et. al 2006 *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos De Inserção Socioeconómica Das Imigrantes Em Portugal* (Lisboa, ISEG).
- Peixoto, João, e Figueiredo Alexandre 2007 “Imigrantes Brasileiros e Mercado De Trabalho Em Portugal” en *Imigração Brasileira Em Portugal* (Lisboa, Portugal: ACIDI): 87–112.
- Piper, Nicola 2007 “International Migration and Gendered Axes of Stratification” en: *New Perspectives on Gender and Migration: Livelihood, Rights and Entitlements* (NY: Routledge).

- Piscitelli, Adriana 2008 “Interseccionalidades, Categorias De Articulação e Experiências De Migrantes Brasileiras” en *Sociedade e Cultura* N°. 11: 263–274.
- Pontes, Luciana 2004 “Mulheres Brasileiras Na Midia Portuguesa” en *Cadernos Pagu* Vol. 23: 229–256.
- Pussetti, Chiara 2010 “Identities Em Crise: Imigrantes, Emoções e Saúde Mental Em Portugal” en *Saúde Sociologia* Vol. 19, N°1: 94–113.
- Quijano, Anibal 1992 “Colonialidad y Modernidad-racionalidad” en *Los Conquistados* (Bogota: Tecer Mundo Ediciones): 437–449.
- Quijano, Anibal 2009 “Colonialidade Do Poder e Classificação Social” en Santos, Boaventura e Meneses, Maria Paula *Epistemologias Do Sul* (Coimbra: Almedina - CES).
- Resende, Viviane de Melo 2008 “Análise De Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional De Meninos e Meninas De Rua, Sua Crise e o Protagonismo Juvenil” *Tese de Doutorado* (Universidade de Brasília - Instituto de Letras).
- Ribeiro, António Sousa 2010 *Pensamento pós-Colonial en Janus, Anuário Das Relações Exteriores*: 114–115.
- Santos, Boaventura 1994 *Pela Mão de Alice* (Porto: Afrontamento)
- Santos, Boaventura 1988 “Um Discurso Sobre as Ciências Na Transição Para Uma Ciência Pós-moderna” en *Estudos Avançados* Vol. 2, n° 2: 46–71.
- Santos, Boaventura de Sousa, Gomes, Conceição e Duarte, Madalena 2009 “Tráfico Sexual De Mulheres: Representações Sobre Ilegalidade e Vitimação” en *Revista Crítica De Ciências Sociais* N° 87: 64–94.
- Santos, Clara Almeida 2007 *Imagens De Mulheres Imigrantes Na Imprensa Portuguesa: Análise Do Ano De 2003* (Lisboa: ACIDI).
- Sarró, Ramon e Mapril José 2011 ““Cidadãos e Súditos”: Imigração, Cidadania e o Legado Colonial Na Europa Contemporânea” en *Revista Migrações*, Vol. 8: 27–34.
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, (SEF) 2011 *Relatório De Imigração, Fronteiras e Asilo. Relatório Anual de Imigração* (Lisboa, Portugal: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).
- Stolke, Verena (2006) “O enigma das intersecções: classe, „raça , sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX” en *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, n.o 1: 15-42
- United Nations, (UN) 2010 *Relatório De Desenvolvimento Humano: 2009. Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos* (NY: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)).
- Wall, Karin e et. al 2005 “Immigrant Women in Portugal: Migration, Trajectories, Main Problems and Policies” en Working Paper (Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais - Lisboa: Portugal)